

Governo tem nova proposta fiscal

Rio — Em uma rápida entrevista coletiva, após participar do encerramento do seminário "Fórum Nacional", o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, confirmou ontem, no Rio, que entre quarta-feira e sexta-feira da semana que vem o Governo estará enviando ao Congresso outras propostas relativas à área fiscal. "mexendo tanto nas receitas quanto nas despesas", embora não citasse quais seriam esses documentos. Entretanto, pelas informações a nível de Seplan, um deles deverá ser o plano econômico para 1989, em complemento à proposta orçamentária.

Mailson disse, ainda, que na segunda-feira, durante a nova reunião do pacto — agora para definir a questão dos investimentos —, o Governo, através dos ministérios da área econômica, levará para debate suas propostas de corte. Mas

também aproveitou para dizer que se o Congresso rejeitar a proposta de reajuste fiscal, irá "prejudicar tremendamente" a política econômica.

O ministro também acrescentou novas medidas no caso de o Congresso aprovar a rolagem das dívidas externas dos Estados, acertada entre os governadores e a comissão de orçamento do Congresso. Ele explicou que, como o Congresso não tem prerrogativas para aumentar encargos, terá de fazer cortes em outros pontos, prevendo que eles deverão se dar ao nível de empresas estatais.

MÍNIMO

Outra questão envolvendo o Congresso, e que Mailson da Nóbrega revelou preocupações, foi a proposta de aumento do salário mínimo. Ele argumentou com os jornalistas que

esse aumento teria "um efeito bumerangue" contra os trabalhadores. Se for aprovado pelo Congresso, ele disse que o projeto será vetado pelo Governo. "E se o veto for derrubado, o jeito é sentar no chão e chorar".

No discurso que fez para encerrar os trabalhos do "Fórum Nacional", antes da coletiva à imprensa, o ministro da Fazenda referiu-se à hiperinflação, que, na entrevista, disse estar sendo jurada com "entendimentos adequados no pacto social". Ele estimou que a inflação de novembro fique entre 26,1 a 26,5 por cento, pelos dados encontrados até agora pelo IBGE. E admitiu que a taxa a ser prefixada para janeiro — a de dezembro é de 25 por cento — poderá ser a mesma para reajustar os salários. E completou: "Em janeiro, teremos de ser realistas".